

CAMPANHA 2026  
(16/AGO - 04/OUT)

SETEMBRO/2026

GIEL

# OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA E ELEITORAL NO BRASIL



# GIEL



**Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO**  
**Centro de Ciências Jurídicas e Políticas - CCJP**  
**Escola de Ciência Política - ECP**  
**Grupo de Investigação Eleitoral - GIEL**

## **Coordenação Geral**

Felipe Borba

*Cientista político e Coordenador do Grupo de Investigação Eleitoral*

## **Coordenação do Observatório**

Miguel Carnevale

*Pesquisador de pós-graduação e Bolsista CAPES*

Beatriz Carvalho

*Pesquisadora de pós-graduação, Rutgers University-New Brunswick*

## **Equipe de Trabalho**

Pedro Bahia

*Pesquisador de pós-graduação, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP/UERJ*

Thais Estrella

*Pesquisadora de pós-graduação e Bolsista CAPES*

Ana Beatriz Padela

*Bolsista de iniciação científica, CNPq*

Rebecca Rodrigues

*Bolsista de iniciação científica, Unirio*

## **Projeto Gráfico**

Potentia Assessoria e Consultoria Política

## **Financiamento**

Fundo Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro - Faperj  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

O conteúdo desse material pode ser reproduzido total ou parcialmente em qualquer forma e em qualquer meio de comunicação desde que a fonte seja devidamente citada.

Para maiores informações sobre esta publicação, acessar [www.giel.uniriotec.br](http://www.giel.uniriotec.br) ou enviar correio eletrônico para [giel@unirio.br](mailto:giel@unirio.br)

# SUMÁRIO

04

APRESENTAÇÃO

---

04

METODOLOGIA

---

05

CAMPANHA E  
1º TURNO ELEITORAL

---

05

TERRITÓRIO E  
VIOLÊNCIA

---

07

TIPOS DE  
VIOLÊNCIA

---

08

CARGOS E  
CANDIDATURAS

---

09

PERFIL DEMOGRÁFICO E  
PARTIDÁRIO

---

10

PANORAMA E PRÓXIMOS  
PASSOS

---

# Acesse o dashboard do OVPE-TE Brasil

Explore os dados e as análises sobre  
episódios de violência contra lideranças  
políticas monitorados pelo OVPE-TE Brasil.



**LINK**



Clique no botão ou escaneie o QR Code para acessar o dashboard interativo.

# APRESENTAÇÃO

O Observatório da Violência Política e Eleitoral no Brasil (OVPE), iniciativa do Grupo de Investigação Eleitoral (GIEL) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), acompanha desde janeiro de 2019 episódios de violência contra lideranças políticas brasileiras e seus familiares. O monitoramento abrange pessoas em exercício de mandato, ex-mandatários, candidatos, pré-candidatos e integrantes da administração pública, assim como seus familiares. Não são monitorados episódios contra eleitores, militantes ou profissionais da imprensa.

No âmbito da parceria com a Transparência Eleitoral Brasil (TE Brasil), este relatório reúne os episódios ocorridos entre 16 de agosto e 4 de outubro de 2026, período de campanha e primeiro turno. Esta análise compara também os registros envolvendo candidatos e não-candidatos, contribuindo para a Missão de Observação Eleitoral 2026.

## METODOLOGIA

A base do OVPE é formada a partir do acompanhamento diário de notícias em mídias digitais, realizado com o uso de Google Alertas. Quando um episódio elegível é identificado, a equipe verifica as informações disponíveis e o codifica no banco de dados. A classificação considera a forma como o episódio é apresentado nas fontes consultadas, sem determinar a natureza dos fatos ou substituir eventuais apurações policiais ou administrativas.

Em 2022, o OVPE ampliou seu escopo analítico ao adotar a tipologia desenvolvida por [Krook \(2020\)](#) na literatura de violence against women in politics (VAWIP). A alteração buscou tornar a coleta mais sensível a formas de violência que recaem com maior frequência sobre grupos sub-representados e que eram menos visíveis em classificações centradas nos episódios físicos. Acreditamos que a adoção de uma tipologia que abarque tipos mais variados de violência permitirá uma compreensão mais ampla e precisa das diferentes formas de vitimização política – e, especialmente, aquelas que envolvem violência de gênero e/ou raça.

A tipologia do Observatório abrange cinco principais modalidades violentas: a violência física, a psicológica, a econômica, a sexual e a semiótica<sup>1</sup>. Atribuímos à violência física os episódios de homicídios – tentados e consumados –, os sequestros e as agressões em geral. Na psicológica, surgem as ameaças e incitações à violência. A violência econômica abarca os episódios de roubo, furtos e vandalismos, sobretudo. Em relação à violência sexual, há os crimes de estupro, incitações sexuais e o assédio sexual. Por fim, acrescentamos a modalidade de violência semiótica, que envolve episódios de desqualificação, objetificação e invisibilização de lideranças políticas. Mais informações podem ser consultadas no [Livro de Códigos do OVPE](#).

 **Site:** [www.giel.uniriotec.br](http://www.giel.uniriotec.br)

 **E-mail:** [giel@unirio.br](mailto:giel@unirio.br)

 **Instagram:** [@giel\\_unirio](https://www.instagram.com/giel_unirio)

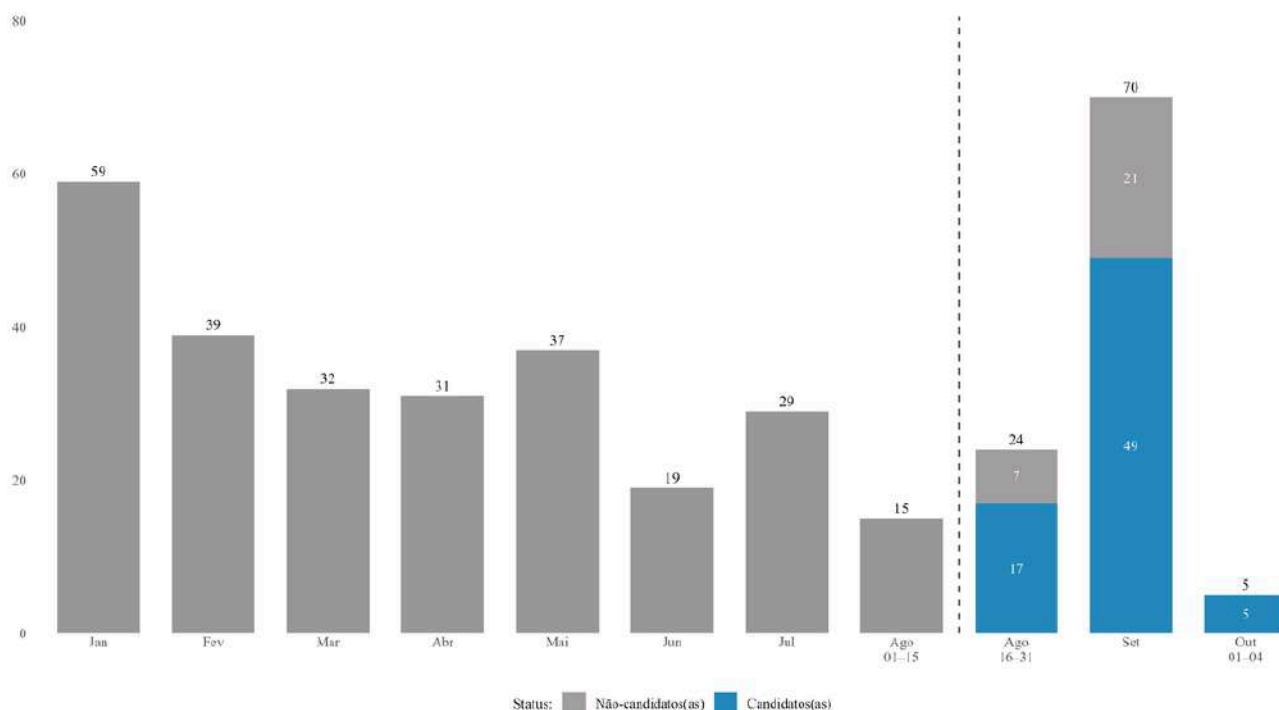
 **X (Twitter):** [@giel\\_unirio](https://twitter.com/giel_unirio)

<sup>1</sup>Embora a violência simbólica seja uma noção mais difundida, Krook (2020) propõe a categoria de violência semiótica para identificar ataques que mobilizam palavras, imagens e outros recursos de significação; a violência simbólica permanece como conceito teórico mais amplo, relativo à reprodução e à naturalização de relações de dominação.

# CAMPANHA E 1º TURNO ELEITORAL

Entre o início da campanha, em 16 de agosto, e o primeiro turno, em 4 de outubro de 2026, o OVPE registrou 99 episódios de violência contra lideranças políticas: 71 envolveram candidatos e candidatas (71,7%) e 28 atingiram lideranças sem candidatura (28,3%). Nos 227 dias da pré-campanha, de 1º de janeiro a 15 de agosto, foram contabilizados 261 episódios, média de 1,15 caso por dia. Nos 50 dias entre o início da campanha e o primeiro turno, essa média subiu para 1,98 caso por dia, aumento de aproximadamente 72%. Setembro concentrou 70 episódios, dos quais 49 envolveram candidaturas, superando janeiro (59), até então o mês com mais registros. Até o momento, foi mapeado um episódio no dia do primeiro turno. Novas denúncias poderão atualizar esse total no próximo boletim.

**Gráfico 1: Evolução mensal de casos de violência contra lideranças políticas**



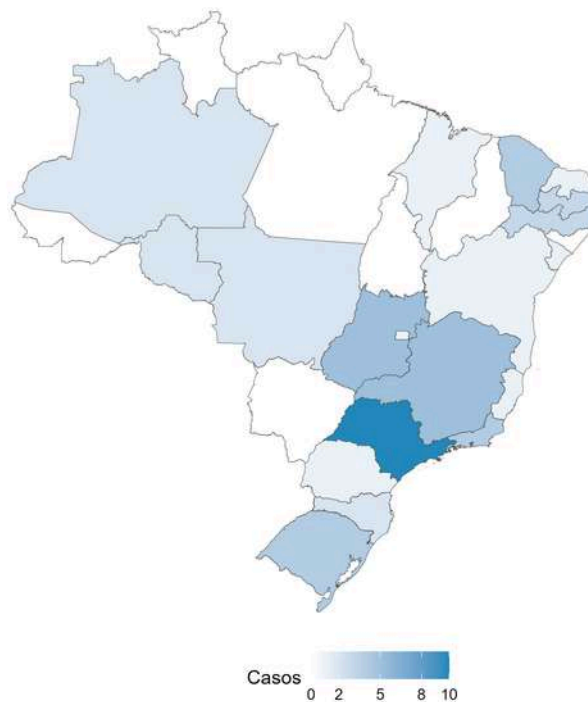
Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

## TERRITÓRIO E VIOLÊNCIA

A distribuição territorial considera 80 episódios com localização identificada. Outros 19 não são geograficamente atribuíveis, por terem ocorrido em veículos de mídia ou meios digitais, sem referência precisa ao local: 18 estiveram relacionados a candidaturas e um a uma liderança sem candidatura. Entre candidatos e candidatas, os mapas reúnem 53 episódios em 18 estados e no DF. São Paulo concentra dez registros, seguido por Minas Gerais e Goiás, com cinco cada. Esses três estados respondem por 37,7% dos casos localizados desse grupo. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul aparecem na sequência, com quatro episódios cada.

### Mapa 1: Violência contra lideranças políticas por Unidade da Federação

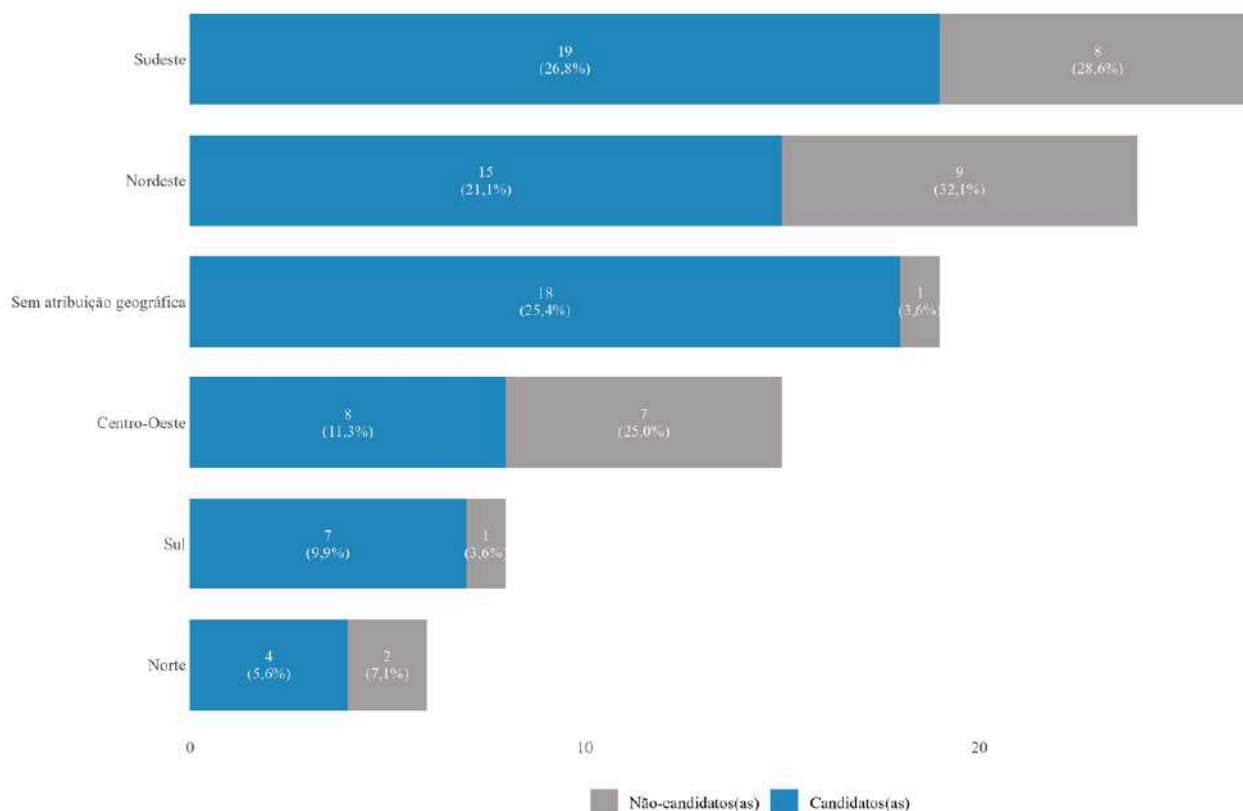
**Não-candidatos(as)**

**Candidatos(as)**

**Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral**

Entre as lideranças sem candidatura registrada, os 27 episódios localizados se distribuem por 16 estados. Mato Grosso apresenta o maior quantitativo (5), seguido pela Paraíba (4) e por São Paulo e Minas Gerais (3 cada). Esses quatro estados concentram 55,6% dos registros mapeados do grupo; nos demais, houve uma ocorrência por estado. A comparação evidencia diferenças na distribuição territorial: enquanto São Paulo se destaca entre as candidaturas, Mato Grosso e Paraíba concentram mais episódios contra não-candidatos. Minas Gerais figura entre os estados com maiores contagens nos dois grupos. A presença de registros em diferentes regiões mostra que a violência contra lideranças políticas alcança tanto participantes da disputa eleitoral quanto pessoas sem candidatura.

Em escala regional, essa distribuição se traduz na concentração de episódios no Sudeste (27) e no Nordeste (24), seguidos pelo Centro-Oeste (15), Sul (8) e Norte (6). Entre as candidaturas, o Sudeste reúne 19 registros, equivalentes a 26,8% do total desse grupo, enquanto o Nordeste soma 15 (21,1%). Entre lideranças sem candidatura, a ordem se inverte: o Nordeste apresenta nove episódios (32,1%), ante oito no Sudeste (28,6%). O Centro-Oeste também tem peso expressivo entre não-candidatos, com sete casos (25,0%), próximo dos oito envolvendo candidaturas (11,3%). No Sul, sete dos oito episódios atingiram candidatos e candidatas; no Norte, foram quatro de seis. Assim, embora Sudeste e Nordeste liderem as contagens gerais, a participação de cada região varia conforme a condição de candidatura das lideranças vitimadas.

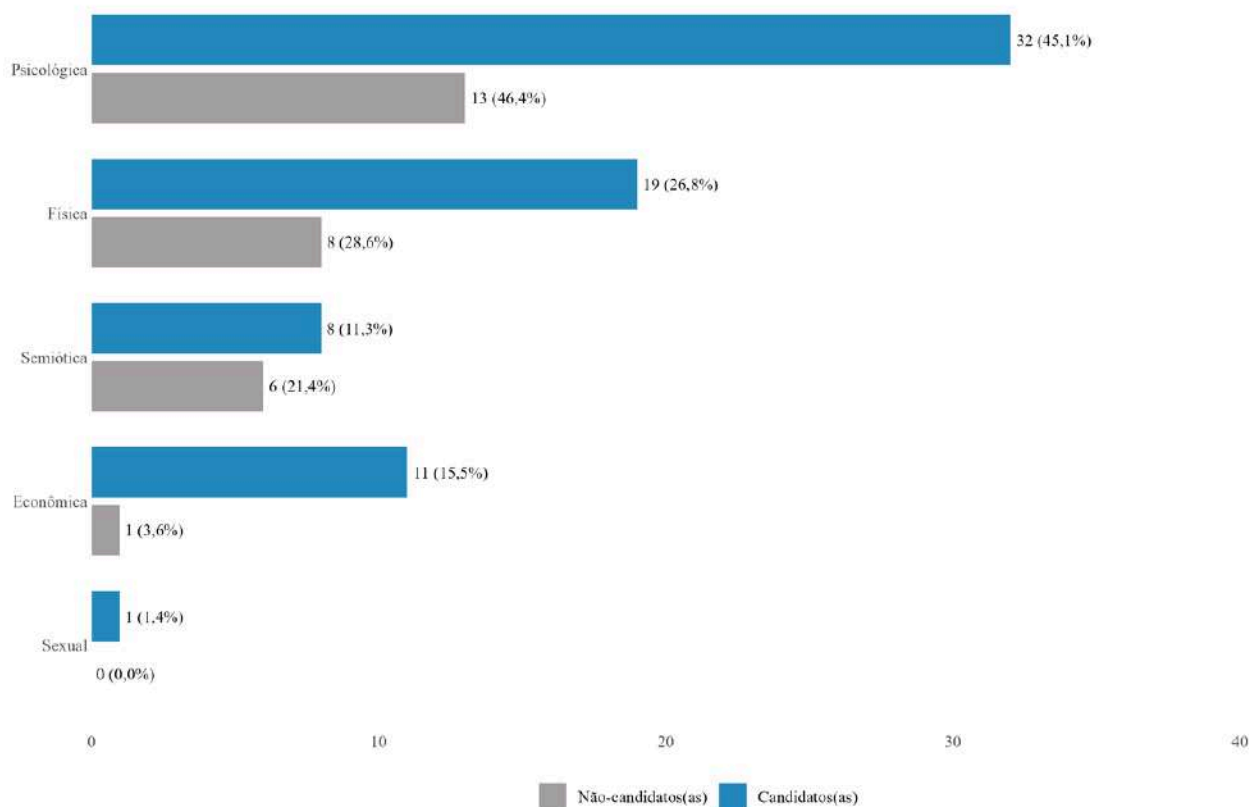
**Gráfico 2: Distribuição regional de casos de violência contra lideranças políticas**

Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

## TIPOS DE VIOLÊNCIA

Quanto às formas de violência contra lideranças políticas, manteve-se o predomínio das modalidades psicológica e física observado na pré-campanha. Entre candidatos e candidatas, foram 32 episódios de violência psicológica (45,1%) e 19 de violência física (26,8%). Juntas, essas modalidades responderam por 51 dos 71 registros envolvendo participantes da disputa eleitoral, ou 71,8%. Entre lideranças sem candidatura, elas reuniram 75,0% dos episódios.

A violência econômica reuniu 11 episódios contra candidaturas (15,5%), seguida pela semiótica, com oito (11,3%). Houve ainda um registro de violência sexual (1,4%), sem registros dessa modalidade entre não-candidatos. A modalidade econômica teve participação mais expressiva entre candidatos e candidatas do que entre não-candidatos, grupo em que correspondeu a um caso (3,6%). Já a semiótica, embora tenha apresentado mais episódios envolvendo candidaturas em números absolutos, teve maior peso proporcional entre lideranças sem candidatura, com seis registros (21,4%).

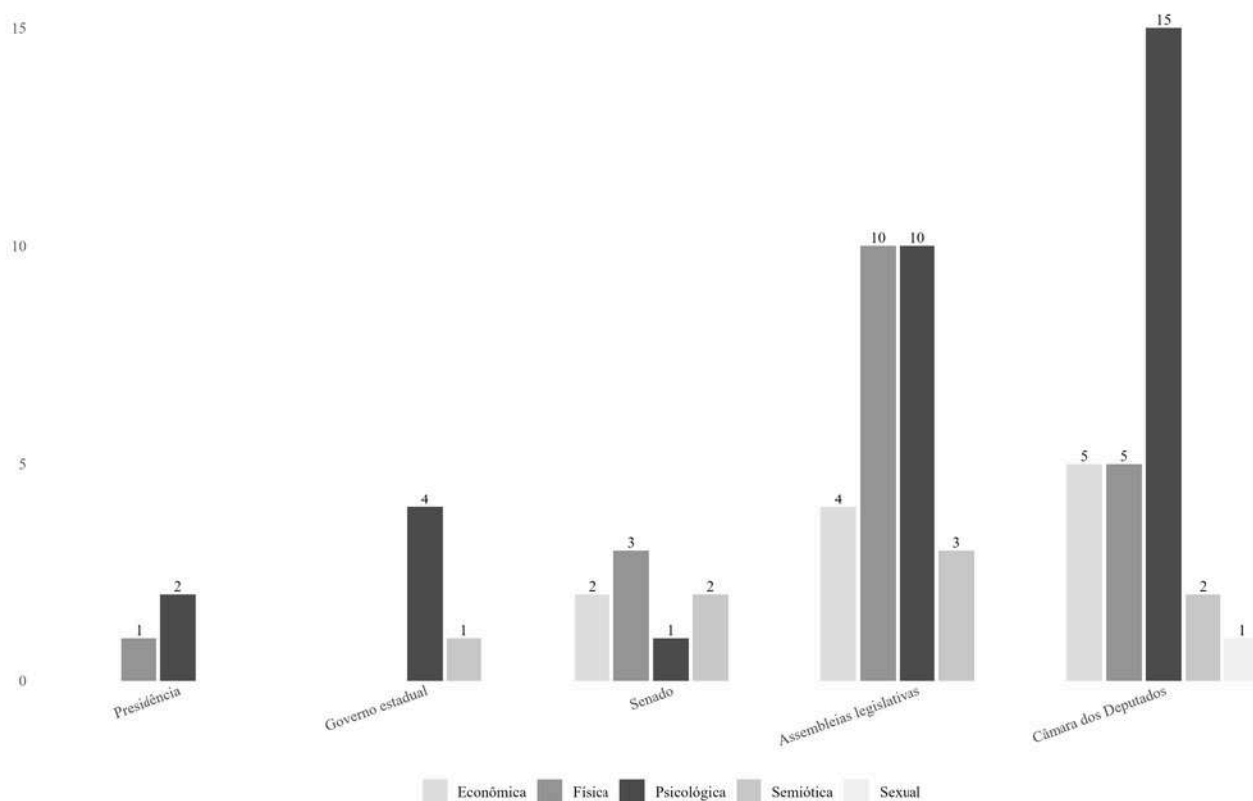
**Gráfico 3: Tipos de violência e seus registros**

**Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral**

## CARGOS E CANDIDATURAS

O perfil dos cargos exercidos pelas lideranças vitimadas revela 32 episódios contra vereadores e vereadoras, sete contra prefeitos e três contra vice-prefeitos. A esfera municipal reúne, portanto, 42 dos 99 registros do período (42,4%), mantendo o destaque observado na pré-campanha. Também foram contabilizados dez episódios contra deputados estaduais, nove contra deputados federais, quatro contra governadores e dois contra senadores. Outros 32 registros envolveram pessoas sem cargo. Esses números se referem aos episódios, podendo uma mesma liderança ter sido atingida mais de uma vez.

Entre as pessoas que participavam da disputa eleitoral, foram registrados 71 episódios. Desse conjunto, 42 envolveram candidaturas de pessoas que já ocupavam cargos e 29 atingiram pessoas sem cargo. Vereadores e vereadoras aparecem em 16 registros, seguidos por deputados estaduais (10), deputados federais (9), governadores (4), senadores (2) e um vice-prefeito. Considerando apenas as candidaturas com cargo, a esfera municipal reúne 17 episódios, ante 14 da estadual e 11 da federal. Assim, as lideranças municipais permanecem como o grupo mais frequente nesse recorte, embora não constituam a maioria absoluta.

**Gráfico 4: Distribuição de episódios envolvendo candidatos por tipo de violência**

**Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral**

O cargo exercido, porém, não se confunde com aquele disputado na eleição. Quanto ao destino das candidaturas, a Câmara dos Deputados concentra 28 episódios, enquanto as assembleias legislativas e a Câmara Legislativa do Distrito Federal somam 27. Juntas, essas disputas reúnem 55 dos 71 registros envolvendo candidaturas (77,5%). Outros oito episódios atingiram concorrentes ao Senado, incluindo suplência, cinco envolveram candidaturas aos governos estaduais e três à Presidência. Os registros se concentram, portanto, nas disputas por vagas nos legislativos federal, estaduais e distrital.

Nas candidaturas à Câmara dos Deputados, a violência psicológica foi a modalidade mais frequente, com 15 episódios (53,6%), seguida pela física e pela econômica, com cinco cada. Houve ainda dois registros de violência semiótica e um de sexual. Nas disputas legislativas estaduais e distrital, foram dez episódios de violência física e dez de psicológica, além de quatro de econômica e três de semiótica. As duas primeiras modalidades reuniram 74,1% dos registros desse conjunto. Entre candidaturas ao Senado, os oito casos se distribuíram pelas modalidades física (3), econômica (2), semiótica (2) e psicológica (1). Nos governos estaduais, houve quatro registros de violência psicológica e um de semiótica; na Presidência, dois de psicológica e um de física.

# PERFIL DEMOGRÁFICO E PARTIDÁRIO

Entre lideranças sem candidatura, homens estiveram envolvidos em 21 dos 28 episódios (75,0%), e mulheres, em sete (25,0%). A faixa de 40 a 49 anos concentrou 11 registros (39,3%), seguida pela de 50 a 59 anos, com seis (21,4%). Juntas, essas faixas reuniram 60,7% dos casos do grupo.

Na escolaridade, 14 registros envolveram pessoas com ensino superior completo ou incompleto (50,0%), nove com ensino médio (32,1%) e três com fundamental (10,7%). Houve ainda um caso na categoria “Lê e escreve” e um sem informação. Na distribuição por raça/cor, pessoas brancas apareceram em 14 episódios (50,0%), pardas em 11 (39,3%) e pretas em um (3,6%); dois registros não tinham essa informação.

Por outro lado, dentre as lideranças com candidatura, a composição por sexo se inverte: mulheres estiveram envolvidas em 40 dos 71 episódios (56,3%), e homens, em 31 (43,7%). A participação feminina nos registros desse grupo foi, portanto, 31,3 pontos percentuais superior à observada entre lideranças sem candidatura.

A faixa de 40 a 49 anos também concentrou o maior número de episódios contra candidaturas, com 29 registros (40,8%), seguida pela de 30 a 39 anos, com 18 (25,4%). Juntas, reuniram 66,2% dos casos. Pessoas de 50 a 59 anos apareceram em dez episódios (14,1%), aquelas com 60 anos ou mais em nove (12,7%) e jovens de 18 a 29 anos em cinco (7,0%).

Tabela 1: Perfil demográfico - Não-candidatos(as)

| Não-candidatos(as) - 28 episódios |                    |            |
|-----------------------------------|--------------------|------------|
| Dimensão                          | Perfil             | N (%)      |
| Sexo                              | Feminino           | 7 (25,0%)  |
|                                   | Masculino          | 21 (75,0%) |
| Faixa etária                      | 18 a 29 anos       | 2 (7,1%)   |
|                                   | 30 a 39 anos       | 5 (17,9%)  |
|                                   | 40 a 49 anos       | 11 (39,3%) |
|                                   | 50 a 59 anos       | 6 (21,4%)  |
|                                   | 60 anos ou mais    | 3 (10,7%)  |
|                                   | Não informado      | 1 (3,6%)   |
| Escolaridade                      | Ensino fundamental | 3 (10,7%)  |
|                                   | Ensino médio       | 9 (32,1%)  |
|                                   | Ensino superior    | 14 (50,0%) |
|                                   | Lê e escreve       | 1 (3,6%)   |
|                                   | Não informado      | 1 (3,6%)   |
| Id. racial                        | Amarela            | 0 (0,0%)   |
|                                   | Branca             | 14 (50,0%) |
|                                   | Não informado      | 2 (7,1%)   |
|                                   | Parda              | 11 (39,3%) |
|                                   | Preta              | 1 (3,6%)   |

Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

Tabela 2: Perfil demográfico - Candidatos(as)

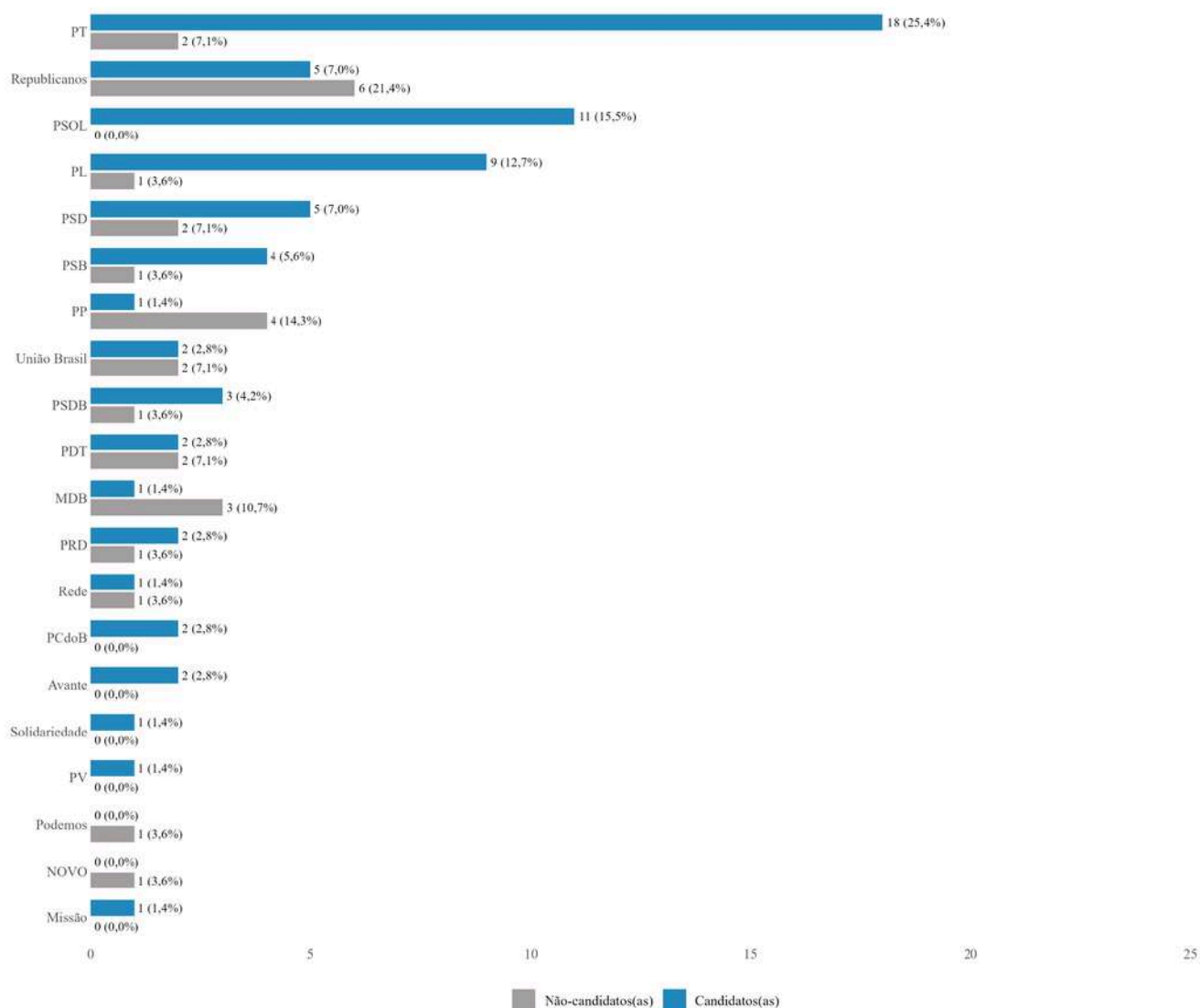
| Candidatos(as) - 71 episódios |                    |            |
|-------------------------------|--------------------|------------|
| Dimensão                      | Perfil             | N (%)      |
| Sexo                          | Feminino           | 40 (56,3%) |
|                               | Masculino          | 31 (43,7%) |
| Faixa etária                  | 18 a 29 anos       | 5 (7,0%)   |
|                               | 30 a 39 anos       | 18 (25,4%) |
|                               | 40 a 49 anos       | 29 (40,8%) |
|                               | 50 a 59 anos       | 10 (14,1%) |
|                               | 60 anos ou mais    | 9 (12,7%)  |
|                               | Não informado      | 0 (0,0%)   |
| Escolaridade                  | Ensino fundamental | 0 (0,0%)   |
|                               | Ensino médio       | 4 (5,6%)   |
|                               | Ensino superior    | 66 (93,0%) |
|                               | Lê e escreve       | 1 (1,4%)   |
|                               | Não informado      | 0 (0,0%)   |
| Id. racial                    | Amarela            | 1 (1,4%)   |
|                               | Branca             | 45 (63,4%) |
|                               | Não informado      | 0 (0,0%)   |
|                               | Parda              | 8 (11,3%)  |
|                               | Preta              | 17 (23,9%) |

Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

A escolaridade apresenta forte concentração entre as candidaturas: o ensino superior completo ou incompleto esteve presente em 66 episódios (93,0%), ante 50,0% entre os não-candidatos. Por raça/cor, pessoas brancas apareceram em 45 registros (63,4%), seguidas por pretas, com 17 (23,9%), pardas, com oito (11,3%), e amarelas, com um (1,4%). Em comparação aos não-candidatos, destaca-se a maior participação de pessoas pretas e a menor presença de pardas.

A distribuição partidária acrescenta outra dimensão ao perfil das lideranças vitimadas. Entre as candidaturas, o PT concentrou 18 dos 71 episódios (25,4%), seguido pelo PSOL, com 11 (15,5%), e pelo PL, com nove (12,7%). Republicanos e PSD aparecem na sequência, com cinco registros cada (7,0%), enquanto União Brasil e Podemos somaram quatro cada (5,6%). As demais legendas apresentaram três episódios ou menos, indicando que os registros se distribuíram por um conjunto amplo de partidos.

**Gráfico 5: Episódios violentos por legenda partidária**



**Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral**

Entre as lideranças sem candidatura, a distribuição foi mais dispersa, com maior presença do Republicanos, que reuniu seis dos 28 episódios (21,4%), seguido pelo PP, com quatro (14,3%), e pelo MDB, com três (10,7%). Considerados os dois grupos, os registros alcançam legendas situadas em diferentes campos político-ideológicos, reforçando o caráter transversal da violência política monitorada no período. As frequências partidárias, contudo, descrevem a composição dos episódios e não constituem, isoladamente, medida de maior exposição ou risco associado a determinada legenda.

## PANORAMA E PRÓXIMOS PASSOS

A passagem da pré-campanha para a campanha produziu uma mudança mais evidente na intensidade do que na natureza da violência monitorada. A média diária avançou de 1,15 para 1,98 episódio, crescimento de aproximadamente 72%, ao mesmo tempo em que setembro superou janeiro e se tornou o mês com maior número de registros em 2026. Esse aumento, contudo, não foi acompanhado por uma ruptura na composição das ocorrências: violências psicológicas e físicas continuaram predominantes. O início da disputa formal parece, assim, ter ampliado a frequência de um padrão de violência já presente na pré-campanha, mais do que produzido uma configuração inteiramente nova.

Uma característica própria dessa etapa é a centralidade adquirida pelas candidaturas, envolvidas em mais de sete a cada dez episódios registrados. Ao mesmo tempo, 28,3% dos casos atingiram lideranças sem candidatura formal, mostrando a permanência da violência também entre atores externos à disputa eleitoral direta. A distinção entre esses grupos não se limita ao volume de ocorrências: diferentes padrões aparecem na distribuição territorial, no peso relativo das modalidades de violência e no perfil das vítimas. Entre as candidaturas, destacam-se ainda a maior presença feminina e a concentração dos episódios nas disputas legislativas.

A dinâmica observada durante a campanha guarda semelhanças com o cenário de 2022, especialmente pela intensificação dos registros à medida que avançava o calendário eleitoral e pela presença da violência para além das candidaturas formalmente envolvidas na disputa, dado o caráter “municipalizado” da violência contra políticos no Brasil. A recorrência desses elementos sugere um comportamento que acompanha diferentes momentos da competição política, embora com intensidades próprias em cada eleição. A dimensão quantitativa dessa variação pode ser explorada no dashboard disponibilizado no início do relatório, que reúne a série comparativa dos dois ciclos eleitorais. O monitoramento de 2026 prosseguirá com dois novos boletins: um dedicado ao período do segundo turno, encerrado pela votação de 25 de outubro, e outro ao intervalo entre 26 de outubro e 31 de dezembro, compreendido como fase pós-eleitoral. A continuidade da série permitirá observar se os padrões identificados acompanham a retração da disputa eleitoral ou permanecem presentes após o encerramento das votações.

